

CAPPELETTI, Mauro; BRYANT, Garth. **Acesso à Justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

*Lorena Thalyta Moreira Sato<sup>1</sup>*

*Faculdade Integrado de Campo Mourão, Campo Mourão – PR*

O acesso à Justiça, embora sempre presente na sociedade tem muito que evoluir para conquistar a efetividade. Aqui, Cappeletti nos traz a idéia de que esta presença, a que nos referimos de início, não passa de algo aparente. Embora a justiça apresente meios para tal – o que estaria caracterizado na figura do fórum, como meio de acesso – há inúmeros impedimentos que devem ser transpostos para que, de fato, a sociedade, em todas as suas camadas, possa utilizar os meios judiciais disponíveis e de forma em que, todos, tenham iguais condições de ver atendidas suas reivindicações.

Para a correta análise da problemática do acesso à justiça é necessário que se faça uma avaliação dos principais problemas enfrentados por todos que buscam o judiciário, bem como das principais reformas e tentativas de aproximá-lo a sociedade.

Primeiramente encontramos a barreira financeira, caracterizando uma grande dificuldade às classes média e baixa. As custas Judiciais, em geral, são grandemente dispendiosas, assim também o são os honorários advocatícios. Alguns países, inclusive, obrigam que o litigante perdedor arque com todas as custas processuais, as quais, em geral, não se pode prever. Este risco, muitas vezes, afasta a busca pela solução judicial. No entanto, a maior dificuldade consiste mesmo no pagamento dos honorários advocatícios.

Ainda na questão financeira nota-se um paradoxo. Quando se trata de pequenas causas a busca pelo judiciário pode resultar em gastos que se equiparam, ou pior, ultrapassam o valor da causa a que se busca. Assim, é evidente que, há uma

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade Integrado de Campo Mourão, Estado do Paraná.  
lo.thalyta@gmail.com

barreira desestimulando os litigantes a buscarem a Justiça. E por fim nos demoramos com a demora que as partes encontram em ver solucionado seus litígios. Esta falta de previsão temporal pode acarretar no aumento dos gastos, devido à delonga do processo, inflações, entre outros, obrigando os menos favorecidos a abandonarem a causa.

Quando analisando o acesso à Justiça encontramos também disparidades provindas das próprias partes que contribuem para o abismo existente entre a Justiça e a população. As diferenças sócio-econômicas são de suma importância. Pessoas, ou organizações, detentoras de poder econômico considerável podem custear a ação, mesmo durante um longo período de tempo além de poderem arcar com os gastos relativos a advogados, ou ainda, a ótimos advogados. Esta vantagem é, sem dúvida, crucial para um resultado satisfatório, principalmente quando em mãos de apenas uma das partes.

A falta de informação vem para acentuar ainda mais a problemática. Uma pessoa que desconheça seus direitos não poderá buscar apoio Judicial, por desconhecer que teve um direito desrespeitado. Também, em muitos casos, não se tem conhecimento de onde buscar o aconselhamento jurídico necessário. Não obstante é válido ainda considerar que, aquelas pessoas que em geral buscam pelo apoio judiciário desenvolvem uma capacidade maior, conhecimento e experiência, de lidar com seus processos.

E por fim, tem-se o agravante quando se trata da defesa de interesses difusos. Não se pode confiar na máquina governamental para a defesa do mesmo, uma vez que esta deixa a desejar. Não é viável, muitas vezes para as partes, entrar com um processo único e por tratar de problema que atinge um grupo de pessoas o ideal seria que um grupo se unisse para tal. No entanto, muito temos o que desenvolver especificamente na área para que efetivemos nossos direitos quando se tratar de direitos difusos.

Podemos, portanto observar que muitos desses problemas se inter-relacionam, de forma que mudanças tendentes a diminuir o efeito de umas destas barreiras

podem culminar com o agravamento de outra já existente. Então se chegou a três soluções, três “ondas”: a primeira foi a *assistência Judiciária para os pobres*; a segunda foi *representação dos interesses difusos*; e a terceira foi *um novo enfoque de acesso à Justiça*.

A assistência Judiciária para os pobres aconteceu nos países do Ocidente e teve início por volta de 1965. Este sistema era baseado, principalmente, nos advogados particulares que dispunham seu tempo a atividade sem remuneração (*múnus honorificum*), no entanto logo começaram a surgir dificuldades. Mas os resultados desta assistência eram insuficientes e frente à nova consciência de acesso à Justiça o Estado passou, então, a prover o pagamento dos honorários.

Através desta primeira onda observou-se a necessidade de uma reforma no sistema, o que culminou em vários, e quase satisfatório, sistemas, como o *Judicare* – Áustria, Inglaterra, Holanda, França e Alemanha Ocidental, onde o Estado dispunha certa quantia para que a pessoa buscasse dentro do quadro de advogados conveniados um que pudesse atender suas necessidades. Mas esse sistema não acabou com as barreiras sociais e não encorajava a busca pelo judiciário.

Um segundo modelo de assistência foram os “escritórios de vizinhança”. O Estado implantou escritórios advocatícios, remunerados pelo governo, nos bairros, incentivando, com isso, a busca pelo judiciário. Inclusive tais advogados acabam se especializando, devido à experiência, nos problemas das classes baixas. Porém, tal sistema contribuiu para o preconceito social e descrença, pelas demais classes, nos “advogados dos pobres”, além de que, aqui, o apoio governamental é total, o que pode limitar a atuação dos escritórios. Observa-se que não se encontrou uma alternativa satisfatória, sendo o da Suécia o mais bem sucedido. Nesta, há seguros que cobrem a maior parte do ônus pela derrota numa ação.

No entanto, conclui-se que, para a validade da assistência judiciária gratuita, é preciso um grande número de profissionais e, para que os mesmo atuem satisfatoriamente, o Estado deve dispor de grandes somas de dinheiro. A pobreza no pagamento de honorários empobrece o serviço jurídico.

Essa primeira onda trouxe avanços consideráveis na garantia de defesa judiciária igualitária aos cidadãos, mas estava limitada a tal, ignorando os interesses difusos, de forma que surgiu, então, a segunda onda.

Os interesses difusos consistem na *tutela dos interesses supra-individuais*, interesses coletivos, como o dos consumidores e questões ambientais. O Código Civil, por sua vez, não previa a garantia de tais direitos ao estabelecer o processo como assunto entre as partes e suas questões *individuais*. O que necessitou na disponibilização de meios para a proteção dos mesmos.

A ação governamental era, portanto, de suma importância, considerando a dificuldade de representação de grupos. No entanto, o governo não se saiu bem, demonstrando sua incapacidade em proteger os interesses coletivos. Com essa falta de um grupo capacitado para a defesa dos interesses difusos surgiram, nos EUA, as “sociedades de advogados do interesse público”, que:

[...] acreditam que os pobres não são os únicos excluídos [...]. Todas as pessoas que se preocupam com a degradação ambiental, com a qualidade dos produtos, com a proteção do consumidor, qualquer que seja sua classe socioeconômica, estão efetivamente excluídas das decisões-chave que afetam seus interesses.

Foi então que se chegou à conclusão de que tais interesses “*exigem uma eficiente ação de grupos particulares*”. É preciso uma combinação entre ações coletivas, as sociedades de advogados dos interesses públicos, a assessoria pública e o advogado público, para a condução à reivindicação eficiente de tais interesses.

A terceira onda vem então, com o intuito de efetivar os novos direitos. Visa adequar e melhorar as reformas decorrentes das duas primeiras ondas, no sentido de manter o equilíbrio, a igualdade de poder e de condições entre os indivíduos e organizações, como empresas ou, o próprio governo. É preciso ir além da representação, com o auxílio, inclusive, de mecanismos extrajudiciais, para ativar direitos latentes e enfrentá-los.

Dentre estes mecanismos alternativos ressurgem então – uma vez que já existiam, mas nem sempre eram, ou pouco eram, utilizados – o Juízo arbitral, a conciliação e os incentivos econômicos para a solução dos litígios fora dos tribunais.

Todo este esforço em criar tribunais e procedimentos especializados a certas causas sociais é necessário para acompanhar a evolução das leis e da própria sociedade. As mudanças ocorrem de forma acelerada e é preciso uma constante inovação e um novo enfoque do processo civil para facilitar a satisfatória abrangência e efetividade da legislação.

Esta inovação deve começar na mudança dos meios de solucionar determinadas causas como as pequenas causas. É preciso uma modificação para que o direito das pessoas passe do estado “simbólico” para o real. Esta reforma vai desde o custo até uma mudança nas cortes julgadoras. Útil se faz, também, um aprimoramento da acessibilidade, para que todos, sem distinção, tenham conhecimento e possibilidade de usufruir e lutar por seus direitos e que possam fazê-lo de forma igual, equilibrada. *“A corte não deve apenas estar na comunidade, mas precisa ser percebida por seus membros como uma opção séria quando eles considerem os meios de encaminhar uma queixa.”*

A implementação da conciliação como “audiência primária” também vem a ser uma opção para o melhoramento da Justiça. Muitos casos podem ser resolvidos com a mesma, no entanto é necessário que se separe, como ocorre no Canadá, a figura do conciliador com a do juiz para que não hajam intimidações e influências. Ainda para a decisão das pequenas causas seria de grande valia uma simplificação, de forma que o juiz se adequasse mais as necessidades sócias do que na Lei.

Para determinadas áreas, como os direitos do consumidor, órgãos especializados poderiam contribuir imensamente para o maior acesso dos cidadãos. Estes proveriam então não só o aconselhamento jurídico necessário, mas também contribuiriam para diminuir as vantagens das grandes empresas sobre os consumidores.

Outras modificações podem contribuir muito para efetivar o acesso. A simplificação do Direito, em suas Leis e decisões judiciais, só pode familiarizá-lo com a população. Temos, também, por exemplo, experiências ocorridas na Alemanha e nos Estados Unidos, com os parajurídicos. Estes profissionais possuem diversos graus de treinamento em Direito, podendo assim aconselhar e, algumas vezes, representar o interesse do sujeito. Também há a possibilidade dos Planos de assistência Jurídica mediante convênio ou grupo. Embora estes ainda estejam em fase de observação quanto as suas reais vantagens, configuram importante idéia a ser desenvolvida.

O enfoque do acesso à justiça é geral. Na atualidade cada vez mais essa questão vem levantando polêmicas, reformas e, principalmente, idéias. Embora nem sempre as tentativas de solucionar este problema sejam viáveis, é de suma importância que se busquem maneiras de acabar, ou diminuir, as barreiras do acesso.

Uma vez comprovado o diagnóstico da necessidade de reformas jurídicas, devemos monitorá-las cuidadosamente. Novas e ousadas reformas são importantes, mas não se pode ignorar seus riscos, limitações e utilidade prática. Além disso, é salutar que se perceba que estas reformas processuais *“não são substitutos suficientes para as reformas políticas e sociais.”* E também que não basta simplesmente transplantar reformas, uma vez que em sociedades diferentes os efeitos podem, também, ser diferentes. Uma vez atentos aos perigos, às limitações e potencialidades das reformas que advirão, se conseguirmos o objetivo de expandir o enfoque do acesso à justiça, produziremos, então, um *“produto jurídico de maior beleza, ou melhor, qualidade”* do que o atual.

*Enviado: 30/05/2007*

*Aceito: 01/07/2007*

*Publicado: 03/07/2007*